



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

13 Quadro Resumo do Cumprimento de Limites

RESULTADO FINANCEIRO E FISCAL		
Itens	Valor (em Reais)	Observações
Superávit Financeiro	832.671.496,63	
Resultado Primário	319.444.913,10	Meta prevista na LDO era R\$ 145.619.200,00
Resultado Nominal (aumento da Dívida Fiscal Líquida)	3.488.043.753,57	Meta prevista na LDO era R\$ 2.072.474.800,00
Receita Corrente Líquida	19.648.437.023,39	

LIMITES: LRF/RESOLUÇÃO DO SENADO E CONSTITUCIONAIS				
Itens	Valor	% comprometimento 3º quad/2015	Limites LRF	
			Geral	Prudencial
Despesa com Pessoal (DP):	(em Reais)	% DP/RCL	60,00%	57,00%
Despesas com Pessoal Total:	10.957.956.177,56	55,7701%		
Poder Legislativo	546.477.036,66	2,7813%	3,00%	2,85%
Assembleia Legislativa	269.371.336,75	1,3710%	1,44%	1,37%
Tribunal de Contas	277.105.699,91	1,4103%	1,56%	1,48%
Tribunal de Justiça	1.026.459.120,48	5,2241%	6,00%	5,70%
Ministério Público	309.462.655,07	1,5750%	2,00%	1,90%
Poder Executivo	9.075.557.365,35	46,1897%	49,00%	46,55%
Dívida:	(em Reais)	% Dívida/RCL	Limites LRF/Resol. Senado nº 43/2001	
Dívida Consolidada Líquida	14.234.789.351,89	72,45%	200 % da RCL	
Operações de Crédito	406.431.441,79	2,07%	16 % da RCL	
Garantias	2.988.742,56	0,02%	22 % da RCL	
Antecipação de Receita Orçamentária – ARO	Não houve		7% da RCL	
Educação e Saúde: ⁽²⁾	(em Reais) ⁽²⁾	% aplicado ⁽²⁾	Limites Constitucionais	
Educação (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)	4.307.855.619,64	26,18%	25%	
FUNDEB (aplicação)	2.023.669.693,09	-		
Remuneração de Magistério ⁽³⁾	1.624.686.333,06	80,28%	60%	
Saúde (Ações e Serviços Públicos)	2.519.424.635,60	15,31%	12%	



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

RELATÓRIOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL						
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL						
Publicação (LRF, artigo 55, § 2º)	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre			
Consolidado (do Estado)	-	-	30/01/16			
Poder Executivo	30/05/15	30/09/15	30/01/16			
Assembléia Legislativa	27/05/15	29/09/15	29/01/16			
Tribunal de Contas	28/05/15	26/09/15	29/01/16			
Tribunal de Justiça	29/05/15	30/09/15	29/01/16			
Ministério Público	28/05/15	26/09/15	23/01/16			
Envio ao TCE-PE - Homologação no SICONFI (Res. TC nº 20/2015, artigo 10, § 1º) ⁽¹⁾	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre			
Poder Executivo	29/05/15	30/09/15	29/01/16			
Assembléia Legislativa	25/05/15	28/09/15	28/01/16			
Tribunal de Contas	29/05/15	29/09/15	28/01/16			
Tribunal de Justiça	30/05/15	01/10/15	30/01/16			
Ministério Público	29/05/15	29/09/15	26/01/16			
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
Publicação (LRF, art 52)	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim
	28/03/15	30/05/15	30/07/15	30/09/15	28/11/15	30/01/16 ⁽⁴⁾
Envio ao TCE-PE - Homologação no SICONFI (Res. TC nº 20/2015, artigo 10, § 1º) ⁽¹⁾	30/03/15	29/05/15	30/07/15	30/09/15	27/11/15	29/01/16

Notas:

- 1 - O art. 10, § 1º, da Resolução TCE/PE 20/2015, estabelece a obrigatoriedade de envio dos RGF e RREO a este Tribunal de Contas, em meio magnético, por meio do SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, da Secretaria do Tesouro Nacional. Considera-se a data de Homologação. Os demonstrativos referentes ao das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e ao da Receita Líquida de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde, serão considerados como entregues a TCE-PE quando seus dados estiverem disponíveis, respectivamente, no SIOPE - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação, operacionalizado pelo FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, operacionalizado pelo Ministério da Saúde;
- 2 – Os valores e percentuais apresentados nesta tabela são provenientes dos capítulos de saúde e educação. Os percentuais são calculados sobre a receita de impostos e transferências constitucionais do estado. Os valores e percentuais acreditados pela equipe de auditoria podem ainda ser modificados quando da emissão do parecer prévio em decorrência das contra razões apresentadas na defesa que venham a ser acatadas por este Tribunal de Contas;
- 3 – O percentual aí veiculado é o obtido entre o valor contabilizado como “Pessoal e Encargos” sobre os recursos totais disponíveis do FUNDEB;
- 4 – O Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas do 6º bimestre de 2015 foi publicado em 27/02/2016, fora do prazo estabelecido (30/01/2016).